

**TRABALHO FINAL DO CURSO DE EXTENSÃO: MULHERES: CORPOS E  
MEMÓRIAS,  
CONSTRUINDO COMUNIDADES E RESISTÊNCIAS  
O MOVIMENTO DO GRAAL NO BRASIL – CENTRO DA MULHER – CEBI -  
CFEMEA**

**IVANETE CORDEIRO DOS SANTOS**

**INTERSECCIONALIDADE E OS PROCESSOS DE ADOECIMENTO DAS  
MULHERES NEGRAS: REVISÃO TEÓRICA**

**CONTAGEM –MG**

**2023**

**IVANETE CORDEIRO DOS SANTOS**

**INTERSECCIONALIDADE E OS PROCESSOS DE ADOECIMENTO DAS  
MULHERES NEGRAS: REVISÃO TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para a obtenção do Título de  
Especialista lato sensu do Instituto Santo  
Tomás de Aquino.

Orientadora: Profa. Benilda Regina Paiva de  
Brito

BELO HORIZONTE–MG

2017

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras brasileiras que, a despeito das dificuldades enfrentadas no cotidiano em todos espaços, vêm ressignificando suas histórias, resistindo a todas as correntezas na busca pela construção positiva de sua identidade racial.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre! Pelo privilégio da vida e por permitir de alguma forma poder contribuir com os conhecimentos adquiridos, colocando-me a serviço dos meus semelhantes.

A todos que contribuíram para a finalização deste trabalho, que se tornou possível graças à condução da minha orientadora, professora Benilda Regina Paiva de Brito, que me acompanhou e incentivou a finalizar este estudo.

À professora Josenaide Engracia, por me motivar a finalizar o trabalho com sua generosidade e pela dedicação que a mim foi destinada.

Ao Instituto Santo Tomás de Aquino Instituto DH, pela promoção, pesquisa e intervenção em direitos humanos e cidadania.

Aos meus pais, especialmente a minha mãe, pelo cuidado com meu filho para eu poder estudar e avançar na escrita deste trabalho.

Ao meu companheiro, Agnel Bengala da Cruz, pelo incentivo e pela parceria durante todo o processo.

As companheiras do Movimento do Graal e Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) | **ANPSINEP** pelo empoderamento das discussões de gênero e mulher preta.

Por fim, às amigas, por emprestarem seus ouvidos naqueles momentos de angústias e trocas de experiências.

## **RESUMO**

O presente estudo analisa a produção teórica que discute a interseccionalidade e os processos de adoecimento das mulheres negras. A metodologia utilizada para se deu pela revisão de literatura da base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) considerando artigos brasileiros entre 2012 e 2016. Para tanto, explora o processo de racismo e sexismo como influente na vida das mulheres negras, ressaltando as diferenças entre as demais classes, seja de gênero, seja social. O resultado da análise demonstrou que os efeitos da discriminação racial nas identidades e nas subjetividades das mulheres negras deixam marcas profundas, podendo desenvolver sintomas psicossomáticos que as prejudicam, às vezes, a vida inteira. Destaca também o processo de discriminação interseccional e o silêncio mantenedor dos discentes da psicologia, bem como a necessidade de produções acadêmicas acerca da temática. Como resultado, aponta a importância de uma escuta qualificada, o conhecimento e conscientização do profissional da psicologia no sistema de saúde, no campo acadêmico com conteúdo referente ao sistema racista e patriarcal.

Palavras-chaves: Mulheres negras. Racismo. Sexismo. Adoecimento.

## **ABSTRACT**

The present study analyze a theoretical production that discusses an intersection and the processes of black women's illness. A methodology used for the literature review of the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database considering Brazilian articles between 2012 and 2016. For this it explores the process of racism and sex as influential in the life of black women, highlighting how among other classes, whether gender or social. The result of the analysis has shown that the effects of racial discrimination on the identities and subjectivities of black women leave profound marks and may develop psychosomatic symptoms that, as they do as a lifetime, undermine. It detaches the process of intersectional discrimination and the silence that sustains the disciples of psychology, as well as a need for academic productions on the subject. As a result, it points to the importance to have qualified listening, knowledge and awareness of the professional of psychology without health system, not academic field with content referring to the racist and patriarchal system.

**Keywords: Black women. Racism. Sexism. Illness.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	12
2.1 OBJETIVO GERAL .....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	13
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	17
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	18
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	23
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	24

## 1 INTRODUÇÃO

As práticas racistas e sexistas no Brasil são seculares. Portanto, precisamos avançar nas políticas públicas e nas ações afirmativas para que reduzam ou, quiçá, eliminem as desigualdades raciais e de gênero no país. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2011), revela a partir de seus dados, na 4ª Edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, a desigualdade na condição de vida da população negra e feminina no Brasil, reafirmando uma estrutura racial, sexista ainda vigente, em que o Estado Brasileiro, a sociedade precisa se envolver para combater. Isso significa que cada um deve combater esse racismo, sexismo a partir de sua competência.

O período da escravização dos africanos, a ausência de humanização dos colonizadores resultou em desigualdades raciais vivenciadas pela população afro-brasileira até os dias atuais. São séculos de violações extremas dos direitos humanos, sociais, culturais, econômicos, políticos. Quando realizamos um recorte de gênero nesse período escravocrata, as mulheres negras foram estigmatizadas como fáceis, fortes para a dor, incapazes intelectualmente, além de haver a erotização de seus corpos. Tais estigmas se reafirmam por serem negras, mulheres e pobres. São elas que tiveram e têm de enfrentar sozinhas a violência estatal, familiar, sexual, bem como compreender sua própria subjetividade como ser histórico social. Ter uma identidade negada, subjugada, faz com que se torne inviável o indivíduo enfrentar o mundo com garra e reconhecer suas potencialidades. As ausências de direitos, afeto, respeito, políticas públicas acarretam consequências graves de violação de direitos humanos e psíquicas, causando adoecimento.

Para se contrapor, enfrentar o racismo, fruto dos padrões eurocêntricos, citamos, entre as diversas organizações da sociedade civil de combate ao racismo na década de 1970/80, a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931; e o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978. Este último denuncia o Brasil como um país racista, desmistificando o falso mito da Democracia Racial Brasileira. Essas organizações sociais, reafirmadas pela presença de negras e negros, objetivaram e objetivam dismantlar o racismo e garantir igualdade de oportunidades no acesso aos bens potencialmente disponíveis e respeito à diversidade em todas as esferas da vida. Os Movimentos Feministas Brasileiros também têm sua contribuição para que as desigualdades de gênero estejam na pauta política nas esferas governamentais, bem como para as políticas específicas para as mulheres negras, proposições advindas do Movimento Feminista Negro, pelo fim do racismo, do sexismo e das violências.

Destacamos também como marco histórico para as mulheres negras brasileiras a *Marcha das mulheres negras, contra o racismo, a violência e pelo bem viver*, que aconteceu em 18 de Novembro de 2015, em Brasília, revestindo-se de importância quando denuncia a ação sistemática do racismo e do sexismo, e como as mulheres negras são atingidas diariamente mediante a convivência do poder público e da sociedade, com a manutenção de uma rede de privilégios e de vantagens que as expropriam de oportunidades de condição e plena participação da vida social. A esse respeito, de acordo com Carneiro (2003, p. 129): “As hierarquizações de gênero, raça e classe consolidam políticas segregacionistas e fortalecem estereótipos formadores de preconceito e discriminação dirigidos especificamente à população que não corresponde ao padrão branco, masculino, eurocêntrico e heteronormativo”.

Nessa direção, é importante evidenciar a presença de negras e negros psicólogas/os no combate ao racismo, tratando das dores e do adoecimento da população negra por meio de terapias, grupos de pesquisas, núcleos de pesquisa em diversas universidades, bem como por escritos que evidenciam e denunciam as causas e consequências do racismo na vida de uma pessoa negra, a exemplo, da psicanalista Neuza Santos com seu livro intitulado: *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), um clássico para a psicologia social.

Portanto, é inconcebível desconstruir uma estrutura racial, sexista, pensando nessas categorias de análise e de mudanças em sua estrutura analisando-as separadamente. De acordo com Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Sobre essas questões, Xavier (2015, p. 55) afirma que “a interseccionalidade nos ajuda a compreender e analisar as subjetividades que permeiam a vida das mulheres negras, dos processos psíquicos que possibilitam o reconhecimento das mesmas como sujeitos históricos”.

Como uma mulher negra pode ter uma saúde física e mental quando as desigualdades raciais, de gênero e social são contundentes? Pensando na saúde integral da população, considerando todos os aspectos, não apenas focado na doença como também nas causas e consequências, o Sistema Único de Saúde – SUS foi criado a partir da compreensão de que saúde e doença não são fatalidades ou acasos, e que necessitam de ações em busca da equidade. A equidade, como sendo um dos princípios do SUS, indica que todo cidadão/ã deverá ser

tratado igualmente e atendido conforme sua necessidade até o limite do que o sistema pode oferecer, sem racismo, discriminações e preconceitos de sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminações.

Entretanto, dados do Ministério da Saúde têm evidenciado as inequidades existentes com relação à saúde da mulher negra. No último Relatório Socioeconômico da Mulher elaborado pelo Governo Federal, bem como no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), foi visto que “62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6% mulheres brancas, todavia, o número de mortes maternas provocadas por intercorrências vem diminuindo entre as mulheres brancas e aumentando entre as negras” (BRASIL, 2012, p. 31).

Martins (2013, p. 23), na sua tese de doutorado, afirma que “as mulheres mais atingidas por morte materna são as de baixa renda, menor escolaridade e as negras devido à maior discriminação no acesso aos serviços de saúde e pela vulnerabilidade às violências”. Quanto à saúde mental, a situação não é diferente, o racismo é um dos fatores que afeta esse público de forma significativa.

No Brasil, segundo Silva (2004), não há dados precisos sobre os transtornos mentais prevaleceram na população negra. De acordo com a autora, isso se dá devido à não coleta do quesito cor nas fichas dos usuários e, quando coletada, não é realizada a análise desses dados. Vale lembrar que é bem recente, precisamente no início de 2017, o quesito raça/cor passa a integrar todos os Sistemas de informação do SUS de acordo com a portaria nº 344 do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2017b). Esse fator é muito importante e responde a toda uma luta da população negra. Dessa forma, possibilita avançar com os objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Além disso, os mecanismos do racismo operam pela lógica da inferiorização, diferenciação, invisibilidade da população negra, distanciando-a de qualquer lugar do sistema social, direitos que deveriam caber a todas as pessoas, independentemente de cor, sexo, religião, orientação sexual, geração, entre outros aspectos. Sentimentos de inferiorização, invisibilidade por exemplo, podem produzir marcas psíquicas, que ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo.

Ao refletirmos sobre os processos de adoecimento das mulheres negras, é importante ressaltar que, diante do impacto do racismo e da falta de equidade, o SUS, em 2006, criou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN, implementada de forma que garantisse o atendimento considerando as especificidades da população negra. Segundo Brasil (2010):

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra (BRASIL, 2010).

Como as mulheres utilizam com maior frequência o SUS, seja nos postos de saúde, seja nos hospitais, levando seus filhos, realizando exames, elas são alvos das desigualdades de gênero e de raça, por exemplo. Por conseguinte, a luta por um atendimento igualitário no SUS, travada pelo Movimento Negro Unificado e Brasileiro, foi devido aos maus tratos às mulheres negras e aos homens negros.

Nessa direção, o racismo institucional é o fracasso das instituições e das organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, “o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições” (DFID; INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2007, p. 15).

A experiência da autora deste estudo como psicóloga negra com atuação na psicologia social, desde os primeiros estágios supervisionados, ainda na graduação, compreende que a psicologia social tem de pensar sobre as relações étnico-raciais, de gênero, sobre o racismo institucional e as consequências dessa interseccionalidade para compreender o psíquico na vida das mulheres negras.

Em 2002, passou a vigorar a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. A norma, em seu artigo primeiro, “resolve que os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com os conhecimentos da área para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, p. 10).

Ademais, algumas das propostas aprovadas no I encontro de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades são importantes, tais como: mapear experiências do Conselho no campo das relações raciais, construir estratégias para criar GTs sobre o tema nos regionais e sensibilizar a categoria para compreensão do sofrimento psíquico produzido pelo racismo; sendo também desafiadoras, pelo recente debate ampliado pelo

Conselho Federal e Regional de Psicologia, para sua implementação diante da pouca formação específica dessa temática e do interesse também dos profissionais da área.

Nessa direção, este estudo proporcionou revisar e conhecer autoras e autores a partir de banco de dados estatísticos de organizações da área de psicologia que contribuam na desconstrução dos sistemas múltiplos de subordinação das questões que envolvem a mulher negra neste país e, conseqüentemente, na diminuição do adoecimento psíquico. O resultado da análise demonstrou que os efeitos da discriminação racial nas identidades e subjetividades das mulheres negras deixam marcas profundas, podendo desenvolver sintomas psicossomáticos que as prejudicam, às vezes, a vida inteira. Percebemos também o processo de discriminação interseccional e o silêncio mantenedor dos discentes da psicologia, bem como a necessidade de produção acadêmica acerca da temática. Assim, é importante uma escuta qualificada, o conhecimento e a conscientização do profissional da psicologia no sistema de saúde, no campo acadêmico com conteúdo referente ao sistema racista e patriarcal.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar a produção teórica de 2012 a 2016 que discute a interseccionalidade e os processos de adoecimento das mulheres negras.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a produção teórica de 2012 a 2016 que discute a interseccionalidade relacionada à violência e aos processos de adoecimento das mulheres negras.
- Dar visibilidade à temática e incentivar novas pesquisas na área da psicologia e psicologia social.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia brasileira tem sua história enraizada na epistemologia das concepções eugenistas e racistas. Em seu desenvolvimento posterior, suas práticas mantêm a cumplicidade com o mito da democracia racial, caracterizando-se por uma importante omissão frente à temática das relações inter-raciais (BOCK, 2002).

Nesse sentido, é importante reafirmar que apesar da omissão de alguns profissionais da área da psicologia, do Estado, acerca das práticas racistas no cotidiano da população negra, em especial, das mulheres negras, em contrapartida, temos algumas iniciativas, como, por exemplo, articulações iniciadas no ano de 2008 por um grupo de psicólogas(os), pesquisadoras(es) da temática racial e ativistas de organizações do Movimento Negro, do apoio do Sistema Conselhos de Psicologia que organizou o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividades (I PSINEP) ocorrido em outubro de 2010. Em relação a esse I Encontro, podemos considerar um marco na discussão sobre a temática racial no campo da psicologia, uma vez que buscou organizar as categorias dos/as psicólogos/as para aprofundar o tema das relações étnico raciais, tendo como eixos:

**Eixo 1:** Relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação

**Eixo 2:** Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia e os(as) psicólogos(as)

**Eixo 3:** A configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil (ANPSINPEP, [2010?]).

Autores como Ferreira (2000, p. 59), em seus estudos sobre a temática das relações étnico-raciais, evidenciou que esse tema “está concentrado no campo da educação, antropologia, história e outras áreas das humanas”. O mesmo autor realizou um levantamento sobre o que área da psicologia tinha a apresentar sobre a população afrodescendente entre os anos de 1987 e 1997, mas havia poucos dados.

Por ter encontrado um número reduzido de trabalhos voltados às questões raciais de afrodescendentes (três publicações em um universo de 4.911 estudos), Ferreira (2000, p. 60) afirma que: “a ausência de trabalhos nesse campo, contribui com o risco de a psicologia brasileira ser conivente ou não se comprometer com a diminuição da discriminação racial”. Neste estudo, ao fazer esse mesmo levantamento, foi possível encontrar um número maior de referências bibliográficas sobre o tema em tela.

Apesar de termos encontrado um quantitativo maior de literaturas no âmbito da psicologia sobre questões raciais, ainda é perceptível o silêncio da psicologia e/ou das

psicologias sobre a violência que o racismo inflige, seus aspectos subjetivos e direcionados, os processos identitários negativados para a população negra e o sofrimento psíquico decorrente das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira.

É importante refletir sobre o assunto, porque ainda muitas universidades em seus currículos na área da psicologia silenciam ou refletem pouco sobre as temáticas das relações raciais, embora tenhamos a Lei 10.639/03 (A Lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana), que obriga escolas e universidade a promover a implementação desse conhecimento e das relações de gênero. Nesse sentido, um problema detectado é a dificuldade de compreender as categorias históricas e estruturais, a saber: raça, gênero e classe como central e resultante das desigualdades sociais, não apenas a classe como elemento chave para explicar todas as desigualdades no país.

Diante dessa tríade raça-gênero-classe, faz-se necessário interseccionar esses aspectos para compreendermos os processos ideológicos, estruturantes intrínsecos desses parâmetros, que contribui para que o indivíduo permaneça em lugares de vulnerabilidade, o que não foi uma escolha, mas uma imposição diante da violação de direitos da população negra, no caso em estudo, as mulheres negras e seu adoecimento psíquico devido ao racismo, ao sexismo e à ineficiência do Estado Brasileiro na efetivação das políticas públicas específicas para esse grupo.

É essencial termos debates públicos, produções acadêmicas na perspectiva de valorização do indivíduo, desconstruindo o imaginário sobre as teorias eugenistas e o mito da democracia racial. Todavia, o que temos percebido é ainda a forte presença do racismo e do sexismo em nossa cultura, atenuando a negação do negro e favorecendo privilégios do branco. A esse respeito, partindo do conceito de epistemicídio de Boaventura de Souza Santos (1997), Carneiro (2005) compreende que:

[...] o epistemicídio é para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, é a negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo, tanto para homens como mulheres. Com detalhe de que especialmente as mulheres as situações se agravam, pois, as mesmas sofrem de racismo e sexismo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O racismo e o sexismo confinaram as mulheres negras a uma situação perversa de exclusão e marginalização social. Desse modo, “enegrecer o feminismo brasileiro” mostra-se importante para garantir que as reivindicações dessas mulheres estejam presentes nas agendas dos movimentos sociais e de mulheres, como destaca Carneiro (2003, p. 118).

Ademais, Gonzalez (apud CARNEIRO, 2003, p. 20), em relação às concepções do feminismo brasileiro, afirma que:

Padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura popular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem a mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral - que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

Assim, ratificamos as considerações da autora acerca da importância de tratar dessas diferenças, da reafirmação de uma memória cultural que dê destaque aos protagonismos das mulheres negras, levando-se em conta as insuficiências teóricas e metodológicas da prática política feminista tradicional.

Para resistir contra o racismo, as mulheres negras têm feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos. Exemplo disso é sua participação nas conferências, nos debates públicos no Movimento Negro Brasileiro (que ainda tem dificuldades de discutir as questões de gênero), nas universidades, nos espaços formativos e celebrativos junto as suas companheiras de luta, enfim, em todos os espaços que elas encontram para fazer denúncias acerca do racismo/sexismo. Nessa perspectiva, Gonzalez (1982, apud CARNEIRO, 2003, p. 104) preconiza que:

[...] é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo.

Compreender e trabalhar sob a perspectiva da interseccionalidade nos convoca a refletir sobre a necessidade de ampliar os conceitos e significados que circundam o debate sobre raça e gênero como categoria analítica, bem como provocar reflexões e planejamentos estratégicos no seio dos movimentos sociais em relação à construção de políticas públicas que desconstruam as violências causadas pela estrutura desses aspectos na sociedade. Também nos ajuda a compreender as consequências do racismo e do sexismo quando uma ou várias mulheres negras adoecem psicologicamente em todas as suas formas.

Como afirma Audre Lorde (2009), ao falar de sua identidade e resistência na luta contra o sexismo e racismo:

Eu nasci Negra, e mulher. Eu estou tentando me tornar a pessoa mais forte. Eu posso voltar a viver a vida que me foi dada e ajudar em mudança efetiva em torno de um futuro vivível para essa terra e para minhas crianças. Como uma Negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal interracial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a majoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo “errada”. Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vem em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades (LORDE, 2009, p. 6).

Embora a reafirmação de uma identidade positiva, da memória cultural dessas mulheres negras, da força ancestral que as impulsionou para o embate político e desigual neste país, ainda é insuficiente para que essas mulheres desconstruam o racismo e o sexismo. Para tanto, faz-se necessário que haja uma solidariedade de todos nessa luta. Enquanto o país não reconhecer de fato a existência, as causas e as consequências do racismo e do sexismo, a sociedade de maneira geral também não irá mudar. Se as pessoas brancas e masculinas não reconhecerem que seus privilégios são seculares, a luta dessas mulheres negras não cessará e, conseqüentemente, o adoecimento psíquico social ainda será um problema escamoteado, não registrado, analisado como deveria ser.

#### **4 METODOLOGIA**

O método utilizado será o de revisão de narrativa de literatura, que consiste no “levantamento de trabalhos científicos publicados na abordagem qualitativa, equivalente à revisão sistemática de literatura (usual nas abordagens quantitativas)” (TURATO, 2005, p. 512).

Os artigos selecionados para este estudo são oriundos de uma base de dados de pesquisa. Assim, foi por meio de consultas a artigos científicos brasileiros, de 2012 a 2016, publicados em periódicos na base de dados, Scientific Electronic Library Online (SciELO), este ofereceu listas de publicações solicitadas pelo ano, pelo autor, pela fonte e por palavras-chave. Dessa forma, optou-se por selecionar o material bibliográfico a partir das palavras-chave relacionadas à temática investigada, quais sejam: racismo, adoecimento, subjetividade, psicologia e mulher negra. Além disso, foram eleitos os seguintes critérios: idioma português, período de 2012 a 2016. Por fim, os artigos foram separados e organizados em quadro para análise dos dados. Foram excluídos da pesquisa: publicações fora do período delimitado e publicações em outro idioma.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Os estudos identificados na pesquisa no Scientific Electronic Library Online (SciELO) são diversificados e abordam diferentes contextualizações em torno do racismo, do sexismo e das mulheres negras. Para mais bem analisar os resultados, foi organizado um quadro com os artigos encontrados. Segue abaixo:

Quadro 1 – Lista de artigos analisados neste estudo

Nº	Autor/ Revista	Título	Objetivo	Resultado
1	KERNER, Ina. <b>Novos estudos.</b> 93, jul. 2012.	Tudo é interseccional?	Diferenciar de quatro modos (semelhanças, diferenças, ligações e interseções) de relação entre racismo e sexismo.	As intersecções é um modelo crítico com possibilidades de entrecruzamentos de categorias de opressão, mas também emancipatórias.
2	HOOKS, Bell. <b>Revista Brasileira de Ciência Política,</b> Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.	Mulheres negras: moldando a teoria feminista	Compreender a crítica feminista como uma prática universalista versus mulheres Negras.	Os limites da teoria política feminista num contexto universal sem considerar a realidade, especificidade das mulheres negras.
3	PRESTES, Clélia R. S.; PAIVA, Vera S. F. <b>Saúde Soc.,</b> São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2016.	Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência	Expor, por meio de diversas pesquisas e práticas, a potencialização da saúde de mulheres negras a partir das concepções sobre a resiliência.	A história das mulheres negras marcada por um processo de luta visando à superação dos contextos de alta vulnerabilidade a que estão expostas, tornado-se ainda mais fortes, num processo de resiliência coletiva.
4	FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patricia. <b>Estudos Feministas,</b> Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 909-927, set.-dez. 2016.	Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil	Analisar a experiência do “feminismo negro” nos dois países, numa perspectiva comparada.	Dois realidades apresentam cenários similares no que tange às lutas ideológicas, políticas e sociais das mulheres.

5	<p>CALDEIRA, Cleusa. <i>Hermenêutica Negra Feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6.</i> <b>Rev. Estud. Fem.,</b> Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 1189-1210, dez. 2013.</p>	<p>Hermenêutica Negra Feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6</p>	<p>Nesse exercício hermenêutico que privilegia a experiência da mulher negra, marcada pelo sexismo, racismo e classismo, propõe-se resgatar o texto de sua unilateral interpretação ocidental.</p>	<p>Evidencia-se que a tradução desse texto bíblico tem sido condicionada pela lógica do etnocentrismo, e as interpretações são pautadas pelo eurocentrismo, o que acaba inviabilizando a identificação da influência afro-asiática na formação e autocompreensão dos israelitas.</p>
6	<p>FERNANDES, Danubia de Andrade. <i>O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude.</i> <b>Rev. Estud. Fem.,</b> Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, dez. 2016.</p>	<p>O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude</p>	<p>Revisão teórica do conceito de gênero à luz dos estudos raciais</p>	<p>Isso significa que os preceitos que estabelecem importantes teorias feministas são conjugados às perspectivas raciais para entender a dupla alteridade da mulher negra. Esse texto busca dar visibilidade às análises históricas e filosóficas construídas por feministas pioneiras no Brasil e nos Estados Unidos.</p>
7	<p>WERNECK, Jurema. <i>Racismo institucional e saúde da população negra.</i> <b>Saude soc.,</b> São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016.</p>	<p>Racismo institucional e saúde da população negra</p>	<p>Pretende apresentar algumas informações acerca dos processos de formulação desse campo conceitual a partir das demandas dos movimentos sociais organizados e das formulações de especialistas.</p>	<p>Tais informações serão apresentadas com o objetivo de subsidiar pesquisas e contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas adequadas às necessidades expressas nos indicadores sociais e de saúde das mulheres negras brasileiras.</p>
8	<p>BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. <i>Vivências de Discriminação e Resistência de uma</i></p>	<p>Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra</p>	<p>Compreender as vivências de exclusão, discriminação e resistência de uma profissional do sexo negra, que trabalhava em uma casa de prostituição do interior de São Paulo.</p>	<p>Relatos mostraram que as colegas de trabalho e os clientes empreendam um processo de marcada exclusão da entrevistada, baseado no fato de ela pertencer a um grupo racial diferente dos demais. Apesar de enfrentar a “exclusão</p>

	Prostituta Negra. <b>Psicol. cienc. prof.</b> , Brasília, v. 36, n. 3, p. 763-776, set. 2016.			dentro da exclusão”, a participante não legitimou o preconceito do qual era vítima e, para combatê-lo, lançou mão de estratégias para minimizar o impacto que a discriminação racial exercia sobre ela.
9	CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. <b>Rev. esc. enferm., USP</b> , São Paulo, v. 38, n. 4, p. 448-457, dez. 2004.	A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem.	Buscar informações que fundamentam uma ação profissional afirmativa contra o racismo e o sexismo, baseada em evidências científicas e culturalmente competente.	Evidenciou-se que a sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra são temas com literatura escassa, sugerindo que o racismo e o sexismo estão operantes por meio da omissão ou da negligência do Estado em que pese a mobilização das mulheres negras. Concluiu-se que a discriminação institucional precisa ser explicitada e combatida por meio de várias ações afirmativas em relação à mulher negra que devem ser implementadas ou fortalecidas para a promoção da equidade em saúde.

Fonte: Autoria própria

A busca bibliográfica resultou em nove referências, obtidas a partir dos descritores racismo, sexismo e mulher negra. As buscas indicaram um maior número de publicações no ano de 2016. Os estudos são diversificados e abordam diferentes contextualizações em torno do racismo, do sexismo e da mulher negra. Para mais bem analisar os resultados encontrados, foram criadas categorias de forma a obter um conhecimento acerca das situações investigadas pelos autores sobre tal problemática. O sexismo e o racismo entre as mulheres negras expressam a interseccionalidade relacionada à violência e aos processos de subjetivação das mulheres negras. Portanto, reafirmamos que a interseccionalidade é uma associação de sistemas múltiplos de subordinação de raça, gênero e sexualidade. Eles consistem em cargas múltiplas quando nos referimos às mulheres negras.

Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade chama a atenção para invisibilidades que existem no feminismo, na luta contra o racismo, nas políticas de classe. Para combater,

obviamente, é preciso muito trabalho, já que somos constantemente desafiados para estar atentos aos aspectos do poder que não fazem parte de nossas experiências pessoais. Nessa direção, a autora enfatiza que esse tem sido o projeto do feminismo negro desde seu início. Desse modo, chama a atenção para as lacunas, ressaltando que, na visão geral, as mulheres de cor são invisíveis (CRENSHAW, 2002).

Para Figueiredo (2008), a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres. Nesse caso, os jovens negros estão mais expostos à violência física institucional ou não, enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência.

Na revisão bibliográfica, Ina Kerner (2012) apresenta um estudo teórico sobre semelhanças, diferenças, ligações e interseções e sua relação entre racismo e sexismo uma categoria da opressão. Segundo Lopes e Werneck (2009), a experiência de viver uma intersecção das opressões é outra experiência para as mulheres negras, pois os processos de singularização dessas mulheres produziram uma diferenciação entre sujeitos e grupos sustentados na raça e no gênero – mulheres e homens, negras/os e brancas/os. São as opressões estruturantes baseadas em sociedade eurocêntrica. Nesse caso, as discriminações constituem-se como frutos do sistema de opressão, conseqüentemente, também se interseccionam e ampliam as outras discriminações que estão vinculadas ao sistema.

Bell Hooks (2015) afirma que as mulheres negras são agredidas todos os dias, de forma mental, física e espiritualmente – fazendo com que se tornem impotentes para mudar sua condição na vida, uma vez que essa opressão se dá de forma silenciosa. Como resultado, uma marca de sua condição de vítimas é o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas. Prestes e Paiva (2016) dizem que o reconhecimento do racismo e do sexismo é determinante das condições de saúde, assim como a consideração da conseqüente produção de desigualdades raciais e de gênero.

De acordo com Souza (1983), o fato de a mulher nascer com a pele preta já compartilha de uma a história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial. Entretanto, não organiza, por si só, uma identidade negra e sofre duas vezes a opressão que é uma violência. Isso interfere na sua subjetividade e, conseqüentemente, na sua identidade. Segundo a autora, ser negra implicaria uma configuração de massacre da identidade e prejuízo das perspectivas pessoais sob a imposição de exigências e expectativas alheias.

Hooks (2006), por sua vez, afirma que essas duas ideologias de dominação podem levar a dificuldades para experienciar e manifestar vínculos de amor, com prejuízo nos relacionamentos afetivos, familiares e com possibilidade de comprometimento da capacidade de amar.

A fim de conceituar a interação entre racismo e sexismo, Kerner (2012) aponta para a existência de três dimensões de racismo: epistêmica, institucional e pessoal. Na dimensão epistêmica, a interseccionalidade implica que estereótipos e atributos da feminilidade negra são diferentes das normas de gênero atribuídas às mulheres brancas.

A dimensão institucional é um mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados como as negras atuando como alavanca importante da exclusão. Nesse sentido, opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. É um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability* (SALES JR, 2011 apud GELEDES, [2012]). Seria, assim, um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último.

Quanto à dimensão pessoal do racismo, esta é expressa por meio de dinâmicas da sinergia entre estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações que ocorrem entre colegas, entre profissionais e pacientes, ou entre diferentes postos hierárquicos, funções e papéis, que permeiam diversas áreas da vida cotidiana (educação, trabalho, entre outras) resultando na violação ou na negligência do direito para mulheres negras.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, ao analisar a produção teórica de 2012 a 2016 de autoras e autores que discutem a interseccionalidade e os processos de adoecimento das mulheres negras a partir dos dados estatísticos do Scientific Electronic Library Online (SciELO), das organizações da área psicologia que têm feito contribuições importantes na desconstrução dos sistemas múltiplos de subordinação das questões que envolvem a mulher negra nesse país e conseqüentemente o adoecimento psíquico, observou que os efeitos da discriminação racial nas identidades e subjetividades das mulheres negras deixam marcas profundas, podendo desenvolver sintomas psicossomáticos que prejudicam as mulheres, muitas das vezes, a vida inteira, sobretudo as mulheres pretas.

Outra análise que realizamos é que o processo de discriminação interseccional vivenciado durante a formação e o silêncio mantenedor dos discentes da psicologia apareceu indiretamente nos escritos desses autores mencionados no Quadro 1. Diante do exposto, é muito importante reafirmar, enaltecer práticas que deem visibilidade para essa discussão, bem como colocar nas agendas desses profissionais, no campo da docência, do atendimento, das pesquisas acadêmicas, a questão do racismo, do sexismo e da classe, interseccionalizando para reconhecer e respeitar a história e as perspectivas de vida de cada sujeito histórico, no caso aqui, das mulheres negras, que sofrem triplamente e adoecem psicologicamente. Ademais, nem sempre elas têm o conhecimento de que sua doença advém desse tripé.

O resultado da análise demonstrou que os efeitos da discriminação racial nas identidades e subjetividades das mulheres negras deixam marcas profundas, podendo desenvolver sintomas psicossomáticos que as prejudicam, às vezes, a vida inteira. Percebemos também o processo de discriminação interseccional e o silêncio mantenedor dos discentes da psicologia, bem como a necessidade de produção acadêmica acerca da temática. Assim, torna-se importante uma escuta qualificada, o conhecimento e a conscientização do profissional da psicologia no sistema de saúde, no campo acadêmico, com conteúdo referente ao sistema racista e patriarcal.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria da Consolação. **A Construção de Subjetividades em Afro-Brasileiro**. Brasília: LGE Editora, 2008.

ANPSINEP. **I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (PSINEP)**. [2010?]. Disponível em: <<http://anpsinep.cfp.org.br/i-psinep/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 763-776, set. 2016.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 25-58.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2002.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BRASIL. **Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) Brasil**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Políticas de promoção da igualdade racial. **Quesito raça/cor passa a integrar todos os sistemas de informação do SUS**. 2017b. Publicado em: 2 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2017/02-fevereiro/quesito-raca-cor-passa-a-integrar-todos-os-sistemas-de-informacao-do-sus>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral**

**da População Negra:** uma política para o SUS. 3. ed. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Departamento de Apoio. à Gestão Participativa Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

CALDEIRA, Cleusa. Hermenêutica Negra Feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 1189-1210, dez. 2013.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Usp, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. **Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira,** São Paulo, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 17, n. 49, set.-dez. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Jornal do Conselho Federal de Psicologia,** ano 22, n. 99, dez. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/57514422-Federal-conselho-federal-de-psicologia-ano-xxii-no-99-dezembro-2010.html>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais:** Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 018/2002.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Disponível:<[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)> Acesso em: 04 de janeiro de 2015.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de L. Schneid. **Revista Estudos Feministas,** v. 10, n. 1, p. 171-188, ano 10, 1º sem. 2002.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. **Rev. esc. enferm., USP,** São Paulo, v. 38, n. 4, p. 448-457, dez. 2004.

DFID (Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional); INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Identificação e abordagem do racismo institucional.**

Brasília, DF: Articulação para o combate ao racismo institucional (CRI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, dez. 2016

FERREIRA, Ricardo Frankllin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000. p. 55-65.

FIGUEIREDO, Ângela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patricia. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 909-927, set.-dez. 2016.

GELEDÊS. **Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

GELEDÊS. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. [S. l.]: Trama, [2012].

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HASENBALG, Carlos; VALE, Nelson. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio Fundo: Ed. IUPERJ, 1992.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.

HOOKS, Bell. Vivendo o amor. In: WERNECK, Jurema (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução de Bianca Tavolari. **Novos estudos** 93, julho 2012. (Dossiê Teoria Crítica). Disponível em: <>. Acesso em: 12 jan. 2017.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Mulheres jovens negras e vulnerabilidade ao HIV/ Aids: O lugar do Racismo. In: TAQUETTE, Stella R. (Org). **Aids e juventude**: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos**. Disponível em: <difusionfeminista@riseup.net>. 2009. Acesso em: 7 jan. 2017.

MARCONDE, Mariana Mazzini et al. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MARQUES, Joao Felipe. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma explicação sociológica do racismo. **Ethnologia**, v. 3-4, p. 39-57, 1995.

MARTINS, Lucienia L. P. **Afrorresilientes**: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. 2013. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

PRESTES, Clélia R. S.; PAIVA, Vera S. F. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2016.

SILVA, Maria Lucia. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, Luis Eduardo; KALCKMANN, Suzana. (Org.). **Seminário saúde da população negra estado de São Paulo, 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 129-132. (Temas em Saúde Coletiva, 3).

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 22 fev.

WERNECK, Jurema. **Algumas considerações sobre racismo, sexismo e a tecno-eugenia**. Publicado no México em “Um Mundo Patentado? La privatización de la vida y del conocimiento”, organizado por HBS, México, 2005. Disponível em: <[http://www.criola.org.br/artigos/artigo\\_racismo\\_sexismo.pdf](http://www.criola.org.br/artigos/artigo_racismo_sexismo.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saude soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016.

XAVIER, Eliana Costa “**Tá dentro, não tá fora**”: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. 2015.. 102f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.